

VINÍCIUS SILVA LEMOS

**O AGRAVO DE
INSTRUMENTO NO NOVO CPC**

de 2015)

LUALRI EDITORA

São Paulo

2016

LUALRI EDITORA MEI
SERGIO LUIZ DE ALMEIDA RIBEIRO
Diretor Responsável
Rua José Bonifácio, 209, conjunto 903
Tel. 11 4371 7787
CEP 01003-001 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e a sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

ISBN: 978-85-92749-01-9

ÍNDICE

NOTAS DO AUTOR	5
PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO.....	11
1 O AGRAVO DE INSTRUMENTO E SUA EVOLUÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	23
1.1 As decisões interlocutórias e suas impugnações no tempo.....	23
1.2 O agravo de instrumento no CPC/39.....	31
1.3 O agravo de instrumento no CPC/73 e a sua evolução histórica	37
1.3.1 A alteração realizada pela Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995	40
1.3.2 A alteração realizada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998	43
1.3.3 A alteração realizada pela Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2001	47
1.3.4 A alteração realizada pela Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005.....	51
1.4 O agravo de instrumento no Código de Processo Civil Projetado – PLS 166/2010.....	56
1.4.1 As decisões de primeiro grau no CPC/2015	68
2 O AGRAVO DE INSTRUMENTO NO NOVO CPC.....	71
2.1 Conceito	71
2.2 A escolha pelo rol taxativo.....	73
2.2.1 Um sistema de preclusão da decisão interlocutória.....	76

2.2.1.1	A preclusão e as decisões interlocutórias agraváveis.....	77
2.2.1.2	A não preclusão imediata das decisões interlocutórias não agraváveis	78
2.3	Hipóteses de cabimento do agravo de instrumento.....	81
2.3.1	Tutelas provisórias	81
2.3.1.1	A tutela provisória requerida na inicial	86
2.3.1.2	A tutela provisória requerida após a inicial.....	88
2.3.1.3	A tutela provisória de urgência requerida em caráter antecedente	89
2.3.1.3.1	A tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente.....	90
2.3.1.3.2	A tutela provisória de urgência cautelar em caráter antecedente.....	92
2.3.1.4	A tutela provisória concedida na sentença e a impossibilidade da utilização do agravo de instrumento.....	93
2.3.1.5	A possibilidade de sustentação oral nesta hipótese de agravo de instrumento	96
2.3.2	Mérito do processo	97
2.3.2.1	A natureza jurídica definida no CPC/2015: decisão interlocutória de mérito	99
2.3.2.2	Hipóteses de cabimento da decisão interlocutória parcial de mérito	100
2.3.2.3	A necessidade de equiparação do agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito à apelação	102
2.3.2.3.1	Efeito suspensivo e o agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito	105
2.3.2.3.2	Sustentação oral no agravo de instrumento contra decisão interlocutória parcial de mérito	106

2.3.2.3.3 Impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis anteriores à decisão interlocutória parcial de mérito	108
2.3.2.3.4 A decisão interlocutória parcial de mérito como possibilidade de sucumbência recíproca e a possibilidade do recurso adesivo no agravo de instrumento.....	110
2.3.2.3.5 Possibilidade de estipulação de honorários advocatícios na fase recursal via agravo de instrumento cabível contra decisão interlocutória parcial de mérito	112
2.3.2.3.6 A teoria da causa madura nesta espécie de agravo de instrumento	113
2.3.2.3.7 A decisão interlocutória parcial de mérito e a impossibilidade de retratação do juízo <i>a quo</i>	114
2.3.3 Rejeição da alegação de convenção de arbitragem ...	115
2.3.3.1 A extensividade pela competência: (im)possibilidade?	117
2.3.3.2 A decisão de reconhecimento da incompetência absoluta	119
2.3.3.3 A competência do árbitro para decidir sobre a sua competência e a impossibilidade do agravo de instrumento	120
2.3.4 Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	121
2.3.4.1 As decisões interlocutórias internas ao incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	123
2.3.4.2 A legitimidade recursal da decisão interlocutória que descon sidera a personalidade jurídica.....	125

2.3.4.3 A decisão interlocutória sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica inversa	126
2.3.5 Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	127
2.3.5.1 A decisão interlocutória de acolhimento do pedido de revogação sem má-fé	129
2.3.5.2 A decisão interlocutória de acolhimento do pedido de revogação com má-fé.....	130
2.3.5.3 A decisão que defere a gratuidade com modulação de efeitos	131
2.3.5.3.1 A decisão que defere a gratuidade para somente aquele ato.....	131
2.3.5.3.2 A decisão que defere a gratuidade em percentual menor	132
2.3.5.3.3 A decisão que posterga a análise da gratuidade.....	133
2.3.6 Exibição ou posse de documento ou coisa	134
2.3.6.1 A decisão interlocutória que defere o pedido de exibição ou posse de documento ou coisa....	136
2.3.6.1.1 A decisão interlocutória para a outra parte exibir	136
2.3.6.1.2 A decisão interlocutória para terceiro exibir.....	137
2.3.6.2 A decisão interlocutória que indefere o pedido de exibição ou posse de documento ou coisa.....	138
2.3.6.3 A impossibilidade da utilização da analogia para outras espécies de produção de provas.....	138
2.3.6.4 A possibilidade de revisão sobre a decisão que determina a exibição de documentos culminando em nova decisão interlocutória sobre a matéria	140

2.3.7 Exclusão de litisconsorte	141
2.3.7.1 A exclusão de um litisconsorte passivo	142
2.3.7.2 A exclusão de um litisconsorte ativo	143
2.3.7.3 A decisão pela exclusão do réu com base no artigo 338	144
2.3.7.4 A decisão que nega o pedido de exclusão de litisconsorte.....	148
2.3.8 Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	149
2.3.8.1 A decisão positiva do pedido de limitação do litisconsórcio.....	151
2.3.9 Admissão ou inadmissão de intervenção de tercei- ros.....	152
2.3.9.1 A irrecorribilidade da decisão interlocutória que autoriza ou rejeita o amicus curiae	155
2.3.10 Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.....	156
2.3.10.1 A decisão interlocutória pela concessão do efeito suspensivo aos embargos à execução	158
2.3.10.2 A impossibilidade do agravo de instrumento na decisão interlocutória que indefere o efeito suspensivo aos embargos à execução	159
2.3.10.3 A decisão interlocutória que modifica ou re- voga o efeito suspensivo.....	160
2.3.10.4 A decisão interlocutória negativa sobre a modificação ou revogação do efeito suspen- sivo	162
2.3.10.5 A impossibilidade de interpretar as decisões interlocutórias dos embargos à execução co- mo decisões interlocutórias do processo de execução	162
2.3.11 Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	163

2.3.11.1	O rito da redistribuição do ônus da prova	165
2.3.11.2	Momento da decisão interlocutória de redistribuição do ônus da prova e a possível utilização de embargos de declaração para revisão.....	169
2.3.11.3	A decisão interlocutória negativa ao pedido de redistribuição do ônus da prova.....	171
2.3.11.4	A impossibilidade do agravo de instrumento sobre a decisão sobre a inversão do ônus da prova.....	172
2.3.12	Hipóteses amplas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	173
2.3.12.1	O agravo de instrumento na liquidação de sentença	174
2.3.12.2	O agravo de instrumento no cumprimento de sentença	175
2.3.12.3	O agravo de instrumento no processo de execução de título extrajudicial.....	176
2.3.12.4	O agravo de instrumento no processo de inventário.....	178
2.3.13	As hipóteses escondidas de agravo de instrumento: a decisão interlocutória parcial sem mérito e a decisão interlocutória de distinção em primeiro grau	179
2.3.13.1	A decisão interlocutória parcial sem mérito	179
2.3.13.2	A decisão interlocutória de distinção em primeiro grau	181
2.3.14	O agravo de instrumento em lei extravagante: agravo de instrumento na Lei 11.101/2005	182
2.3.15	O agravo de instrumento direto no STJ: cabimento do agravo de instrumento em hipótese da Justiça Federal.....	183

3	AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PASSÍVEIS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO	185
3.1	O problema da limitação das hipóteses do agravo de instrumento.....	186
3.2	A forma tardia da impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis e seus reflexos.....	189
3.3	A consequência temporal-processual de uma possível reversão	190
3.4	A possibilidade de extensividade das hipóteses de agravo de instrumento	192
3.4.1	Os perigos da interpretação extensiva	196
3.4.1.1	A necessidade de entendimento doutrinário ou jurisprudencial	198
3.4.1.2	A regra pela faculdade da não preclusão da decisão não agravável em hipóteses de interpretação extensiva do agravo de instrumento....	199
3.4.1.3	Uma escolha e a preclusão	202
3.4.2	Análise de possibilidades ou impossibilidades de interpretação extensivamente	203
3.4.2.1	As hipóteses possíveis de extensividade?	204
3.4.2.1.1	A hipótese de extensividade no agravo de instrumento por distinção	204
3.4.2.1.2	A decisão interlocutória da rejeição de negócio jurídico processual.....	206
3.4.2.1.3	A decisão interlocutória da rejeição de negócio jurídico processual sobre competência	208
3.4.2.1.4	A decisão interlocutória que aplica multa processual.....	209
3.4.2.1.5	A decisão interlocutória de saneamento.....	211
3.4.2.1.6	A decisão interlocutória sobre a decisão antecipada de prova parcial.....	212

3.4.2.1.7	A decisão interlocutória sobre a produção de prova pericial	214
3.5	A recorribilidade das decisões não agraváveis	216
3.5.1	Apelação do vencido: momento de impugnar as decisões interlocutórias não passíveis de agravo de instrumento.....	216
3.5.2	As contrarrazões como apelação do vencedor	218
3.5.2.1	Características das contrarrazões como apelação do vencedor.....	219
3.5.2.2	O contraditório e a ordem de julgamento	221
3.6	Outras formas de impugnação da decisão não agravável de instrumento?.....	222
3.6.1	Mandado de Segurança	223
3.6.2	Correição Parcial	226
4	A LIBERDADE DECISÓRIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU NAS MATÉRIAS DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO AGRAVÁVEIS.....	230
4.1	As decisões interlocutórias não agraváveis e as possíveis nulidades.....	232
4.2	A necessidade de maior consciência decisória na interlocutória não agravável.....	235
4.3	A criação pelo CPC/2015 da decisão interlocutória <i>stand-by</i>	237
5	O PROCEDIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	239
5.1	Forma de interposição.....	239
5.2	Processamento do agravo de instrumento.....	242
5.2.1	O princípio da primazia de mérito no agravo de instrumento	243

5.2.2 O princípio da cooperação e o agravo de instrumento.....	248
5.2.3 O princípio da fundamentação judicial analítica e o agravo de instrumento	252
5.3 Efeitos do agravo de instrumento: devolutivo e suspensivo	254
5.4 Possibilidade da decisão monocrática pelo relator.....	256
5.5 O pedido de antecipação da tutela recursal	258
5.6 Julgamento não unânime em matéria de mérito no agravo de instrumento	260
5.7 Petição de informação do artigo 1.018 e a interposição do agravo de instrumento	262
5.8 Juízo de retratação ou efeito regressivo no agravo de instrumento.....	263
5.9 O agravo de instrumento e a apelação ao mesmo tempo no tribunal	265
5.10 Agravo de instrumento e os honorários advocatícios recursais.....	267
5.11 A impossibilidade da decisão do juízo de primeiro grau sobre admissibilidade da apelação	272
6 O NOVO AGRAVO DE INSTRUMENTO: UMA SISTEMA EM BUSCA DE SOLUÇÃO	275
BIBLIOGRAFIA.....	279
ANEXO	293